

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Moreira é cotado para assumir Minas e Energia 2

O Estado de S. Paulo

Título: Moreira Franco é cotado para Minas e Energia 8

Valor Econômico

Título: Moreira Franco pode assumir o MME 18

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Moreira é cotado para assumir Minas e Energia 2

Título: Com alta de energia, mercado livre avança 3

Título: Campanha publicitária acirra embate sobre alta da gasolina 4

Título: Fôlego reduzido 6

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 8

Título: Moreira Franco é cotado para Minas e Energia 8

Título: União fará leilão extra do pré-sal em agosto 9

Título: Petróleo rendeu R\$ 40 bilhões ao governo em 2017 10

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 10

Título: Privatização, uma mudança radical 10

VEÍCULO: Correio Braziliense 12

Título: Gasolina: preço sobe e consumidor reclama 12

Título: Energia digital chega ao sertão baiano 14

VEÍCULO:	Valor Econômico	16
	Título: Custo de tarifa social nas contas de luz atinge R\$ 2,4 bi no ano	16
	Título: Moreira Franco pode assumir o MME	18
	Título: Destaques	19
	Título: Francesa Total vai investir US\$ 1 bilhão por ano no Brasil	20
	Título: Nacional Gás pede na Justiça suspensão de leilão portuário	22
	Título: Braskem deve investir mais em projetos fora do Brasil	23
	Título: Energisa lança oferta pelo controle da Eletropaulo	24
	Título: Brasil é o principal destino do etanol americano este ano	26

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Leticia Fernandes / Manoel Ventura

Título: Moreira é cotado para assumir Minas e Energia

Mudança de ministério garantiria manutenção do foro privilegiado.

Um dos mais próximos aliados do presidente Michel Temer, o ministro da Secretaria- Geral da Presidência, Moreira Franco, pode mudar de ares. O presidente avalia a possibilidade de colocar o ministro, que hoje despacha no Planalto, à frente do **Ministério de Minas e Energia**. A pasta é considerada a joia da coroa, já que o novo titular comandará a privatização da Eletrobras e as negociações em torno de um megaleilão de petróleo que pode render até R\$ 100 bilhões à União. Segundo relatos de auxiliares do presidente, Moreira é cogitado para o cargo porque tem o trabalho no comando do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) bem avaliado no governo. O programa toca as concessões e privatizações feitas pelo governo federal. Além disso, o traquejo político do ministro é visto como um trunfo para facilitar a privatização da Eletrobras. Um ministro disse que Moreira é “peça-curinga”.

DODGE QUESTIONA STATUS

Outro ponto que fez o nome de Moreira aparecer na bolsa de apostas para a pasta é a possibilidade de perder o foro privilegiado se ficar onde está. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal, em dezembro passado, no qual afirmou ser inconstitucional a lei que permitiu a nomeação do ministro. Na prática, ela entende que Moreira não pode ter status de ministro. Caso isso ocorra, ele perderia o foro privilegiado na Corte, onde é investigado em razão de citações na delação da Odebrecht, e poderia ter seu inquérito enviado ao juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba. O atual **ministro Fernando Coelho Filho**, entregou ontem a Temer sua carta de demissão e se reuniu com a equipe do ministério para se despedir. Ele deixa o cargo para se candidatar a deputado federal pelo PMDB, em um arranjo que deve lançar a candidatura de seu pai, o senador Fernando Bezerra Coelho, ao governo de Pernambuco. Pai e filho se filiaram recentemente ao partido de Michel Temer.

— A gente conseguiu, pelo menos no meu ponto de vista, restabelecer um ambiente de diálogo — disse Coelho Filho. O mercado e agentes do setor elétrico queriam que o secretário executivo do ministério, Paulo Pedrosa, assumisse a pasta. Principal fiador técnico da equipe de Minas e Energia, Pedrosa é respeitado na área e comandou a elaboração da proposta de privatização da Eletrobras e o projeto para o novo marco regulatório do setor elétrico. Pedrosa já acertou com Coelho Filho que deixará o ministério também. Além da privatização da Eletrobras, o novo ministro terá que conduzir as negociações com a Petrobras em torno da revisão de um contrato assinado com a empresa em 2010. Essa operação pode permitir a realização de um megaleilão de petróleo que pode render até R\$ 100 bilhões aos cofres da União.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Com alta de energia, mercado livre avança**

Segmento, voltado para grandes consumidores, cresce 17%.

Na tentativa de fugir dos altos preços cobrados pelas distribuidoras de energia elétrica no país, 1.700 novos consumidores entraram para o mercado livre de eletricidade no ano passado. Esse segmento de venda da energia, voltado para grandes consumidores, permite ao cliente escolher de quem comprar e negociar preço e duração do contrato. Com tarifas cerca de 20% mais baixas que as do mercado cativo — em que se é obrigado a comprar o serviço da distribuidora local, como Light e Enel —, o mercado livre cresceu 17% em 2017. Os dados

estão no balanço anual da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), que representa empresas que atuam na compra e venda de energia nesse mercado. O faturamento total das empresas que operam o mercado livre chegou a R\$ 110 bilhões no ano passado, de acordo com a entidade.

Em 2017, os maiores crescimentos de consumidores foram nos setores de comércio (63,3%), serviços (39,1%), saneamento (32,4%) e alimentos (38,1%). — O consumidor vai para o mercado livre por conta de preço e pela qualidade no atendimento. Se tem disputa no mercado, o agente trata melhor o consumidor. O mercado livre propõe soluções energéticas, não é só a energia mais barata — disse o presidente da Abraceel, Reginaldo Medeiros. De acordo com a associação, cerca de 30% de toda a energia comercializada pelo mercado livre vieram de usinas eólicas, solares, de biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. Isso ocorre porque parte da eletricidade do segmento precisa ser contratada de fontes limpas.

ABERTURA ATÉ 2026

Segundo Medeiros, é possível que cerca de oito mil empresas entrem para o segmento. Atualmente, para ter acesso ao mercado livre, é preciso ter uma conta de luz de cerca de R\$ 100 mil mensais. Por isso, os consumidores residenciais estão fora. O governo já elaborou um projeto de lei para abrir gradualmente o mercado livre até 2026, dentro de uma ampla reforma no setor elétrico. Isso deverá reduzir os custos da energia para empresas menores, como supermercados, padarias e comércios de médio porte, ao permitir contratar a eletricidade diretamente do gerador. Mas elas terão de contar com um sistema de abastecimento de energia específico, ao menos, de média tensão. Para os clientes residenciais, porém, nada muda. O texto sugere a realização de estudos para elaborar uma proposta para o segmento até 2022. — A previsão é que o movimento de migração continue este ano, muito por conta dos aumentos tarifários autorizados para as distribuidoras e da disponibilidade de energia no sistema — disse o presidente da Abraceel.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa E Ramona Ordoñez

Título: Campanha publicitária acirra embate sobre alta da gasolina

Distribuidoras usam o mote 'Problema não é o posto. É o imposto'.

A discussão sobre quem é o culpado pelo aumento dos preços da gasolina no Brasil para os consumidores chegou à publicidade. A briga, que coloca

Petrobras, postos e distribuidoras de um lado e o governo do outro, ganhará novo capítulo com uma campanha publicitária milionária promovida pela Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, a Plural (ex- Sindicom). Os comerciais — que serão veiculados a partir de hoje em TV, mídia impressa, internet e outdoors — vão atribuir a alta dos preços à carga tributária, que representa cerca de 45% do valor total. A ideia da campanha surgiu em fevereiro, após o governo questionar os motivos de as reduções dos preços feitas pela Petrobras nas refinarias não estarem chegando ao posto.

Na ocasião, o governo indicou que iria acionar o órgão de defesa da concorrência, o Cade, e o Ministério Público para investigar se os postos e as distribuidoras estariam praticando cartel. A Petrobras adotou nova política de preços com revisões quase que diárias em junho de 2017. De lá para cá, entre altas e baixas, o preço da gasolina na bomba subiu 18,3%, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). O governo federal ficou preocupado com as críticas e escalou Moreira Franco, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, para conversar com o presidente da Petrobras, Pedro Parente.

LÁ FORA, IMPOSTO CAI QUANDO PREÇO SOBE

Segundo Leonardo Gadotti, presidente executivo da Plural, a campanha, pensada em conjunto com os associados, como a BR Distribuidora e a Ipiranga, é uma forma de esclarecimento à população, após o “alvorço” criado pelo governo. Os comerciais, que serão veiculados por três meses, têm como mote “Preço da gasolina. O problema não é o posto. É o imposto”. — Em fevereiro, o governo fez um alvoroço falando sobre denúncias de cartel. Os preços não caíram não por uma questão de margem dos postos e, sim, por causa do imposto. A carga tributária é 45% do preço final, seguida de 28% do refino, 13% do etanol anidro e 14% da logística. Quando a Petrobras anuncia redução na refinaria, o valor do imposto não cai — disse Gadotti. A campanha faz coro às declarações de Parente. Em fevereiro, ele destacou que o “preço da Petrobras é, em média, menos de um terço do que acontece nas bombas. Então, o problema não é da Petrobras”.

Além de Moreira Franco, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, chegou a afirmar que a política de preços da Petrobras seria revista. Álvaro Rodrigues, da Fullpack, agência responsável pela campanha, lembrou que a ideia do comercial, que traz pessoas usando camisas com as palavras “posto” e “imposto”, é ser didático. Na peça, uma das atrizes diz “os ajustes no preço da gasolina não têm sido comunicados de forma adequada”. — Falta aprofundar esse debate na sociedade — disse Rodrigues. Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, a campanha de esclarecimento é bem-vinda. Ele afirmou que, se o país tem preços que acompanham os valores internacionais, é preciso rever a atual política tributária. Em países da Europa e

nos EUA, afirmou, há redução de impostos quando os preços sobem muito: — Nos EUA, os impostos já chegaram quase a 50% do preço da gasolina e, hoje, representam cerca de 18%. Na Europa, é da ordem de 30%.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Cleide Carvalho

Título: Fôlego reduzido

Sem apoio do BNDES e após escândalos, empreiteiras têm atuação no exterior paralisada.

Com cerca de US\$ 8 bilhões em financiamentos cancelados pelo BNDES para obras fora do Brasil, e a imagem chamuscada pela Lava-Jato, as principais empreiteiras do país ainda enfrentam dificuldades para se reposicionar no mercado internacional. Desde 2015, o BNDES indeferiu 22 operações em análise e suspendeu 25 contratos que já estavam em execução. Destes, apenas um foi retomado até agora — a construção do Corredor Rodoviário Oriental, em Gana, no valor de R\$ 202 milhões, liderada pela Andrade Gutierrez. Quatorze contratos seguem suspensos, e 10 tiveram os saldos remanescentes cancelados, por iniciativa do BNDES ou a pedido dos países beneficiários das linhas de crédito.

— Formalmente, não há qualquer nova operação para o setor de construção pesada no banco — diz Leonardo Pereira, superintendente de comércio exterior do BNDES, lamentando a perda de espaço do país no disputado mercado internacional de construção, em que atuam apenas 250 empresas. — O banco não escolhe o país, nem o exportador. Os clientes é que têm de apresentar novos projetos. Em 2014, a participação das empreiteiras brasileiras no mercado global da construção civil, estimado em US\$ 500 bilhões por ano, chegou a 3%. Junto com elas, 4.044 empresas nacionais, a maioria pequenas e médias, passaram a operar lá fora na condição de fornecedoras — com receita estimada pelo BNDES em US\$ 3,4 bilhões em seis anos.

DIFICULDADES PARA RECEBER

Segundo dados da Fitch Ratings, que hoje acompanha apenas três das grandes empreiteiras brasileiras, a carteira de projetos dessas companhias minguou dentro e fora do Brasil. Em dezembro de 2014, o estoque de projetos de Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão somava US\$ 63 bilhões. Em junho de 2017, último dado disponível, caiu para US\$ 24 bilhões, menos da metade. Em fevereiro, a S&P Global Ratings rebaixou a nota de avaliação de risco da Odebrecht. Um dos motivos foi justamente a piora da qualidade do

conjunto de projetos. A dívida da empresa, segundo a S&P, atinge US\$ 3,2 bilhões. — O principal risco está na capacidade de gerar novas obras. Sem contratos novos, as empresas consomem capital de giro. Em 2017, a Odebrecht não conseguiu projeto novo, apenas aditivos — diz o analista da S&P Felipe Speranzi.

Além da falta de novos projetos, as empreiteiras têm dificuldade para retomar obras paradas no exterior. Projetos como o Corredor Logístico de Honduras (US\$ 145 milhões) e o complexo agrícola de Azua, na República Dominicana (US\$ 72 milhões), da OAS e da Queiroz Galvão, chegaram a ter a retomada de liberações do BNDES anunciada, mas os financiamentos acabaram cancelados a pedido dos dois países, que buscam outras fontes de recursos para a conclusão das obras. O BNDES suspendeu as liberações de créditos de exportação de serviços de engenharia em outubro de 2015 na esteira da Lava-Jato, que colocou empreiteiras em maus lençóis em vários outros países. No Peru, por exemplo, a Odebrecht estava no centro do escândalo que levou à renúncia do presidente Pedro Pablo Kuczynski no mês passado. As empreiteiras ainda enfrentam problemas para receber por obras no exterior contratadas sem crédito do BNDES.

A Odebrecht tem 30 projetos em execução no exterior, dez deles na Venezuela, que não tem honrado os pagamentos em dia. Com o BNDES, a dívida venezuelana é de US\$ 678 milhões. O banco enfrenta ainda a inadimplência de Moçambique, que lhe deve US\$ 66 milhões por obras de empreiteiras brasileiras, mas a retomada de parcelas atrasadas está em negociação. Na semana passada, a CBPO, subsidiária do Grupo Odebrecht, assinou contrato de R\$ 578 milhões com Furnas para ampliar a termelétrica Santa Cruz, no Rio. No mercado internacional, a Odebrecht é finalista na licitação para construção da hidrelétrica de Rufiji, na Tanzânia, no Leste da África. O projeto de R\$ 3 bilhões pode reposicioná-la num mercado em que tem experiência reconhecida. Consta no seu portfólio a hidrelétrica de Laúca, em Angola.

EMPRESAS DIZEM TER NOVOS PROJETOS

A Odebrecht informou que tem oito projetos em andamento no Brasil. No exterior, a empreiteira diz ter acordos em Estados Unidos, Panamá, Equador, Guatemala e República Dominicana, além da Suíça, e ainda negocia com autoridades de Peru, Angola e Argentina. Nestes países, exceto a Suíça, são cerca de 22 obras em andamento, que já haviam sido contratadas antes da Lava-Jato. No Peru, a empresa está se reposicionando, com a venda de alguns negócios e a redução da participação acionária em concessões. Alexandre Garcia, analista sênior de construção pesada da Fitch Ratings, avalia que a primeira das empreiteiras a se estabilizar após a tormenta da Lava-Jato foi a Andrade Gutierrez. A empreiteira informa que já tem novos contratos, focando

agora na iniciativa privada. Com a Equatorial Energia, por exemplo, assinou contrato de R\$ 3,1 bilhões para a instalação de linhas de transmissão. No exterior, ganhou a construção da refinaria Axion, na Argentina, com valor não revelado.

Por meio de subsidiárias internacionais, já conseguiu obras na Ilha da Madeira, Argélia e Nigéria. Em janeiro, o governo de Angola aprovou a entrada no país da empreiteira alemã Inzag, que pertence à Andrade Gutierrez. A situação mais delicada, segundo Garcia, é a da Queiroz Galvão, que atravessou o ano de 2017 renegociando dívidas bancárias — cerca de R\$ 10 bilhões, dos quais R\$ 1,7 bilhão referente à empreiteira. Procurada pelo GLOBO, a empresa não deu detalhes sobre suas obras fora do Brasil. Limitou-se a informar que vem ampliando sua participação em projetos de infraestrutura no exterior com o apoio de bancos internacionais, agências multilaterais e investidores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth, Breno Pires E Carla Araújo

Título: Moreira Franco é cotado para Minas e Energia

Um dos principais articuladores do presidente Michel Temer, o ministro da Secretaria- Geral da Presidência da República, Moreira Franco, é um dos cotados para assumir o **Ministério de Minas e Energia (MME)**. Ontem, **Fernando Coelho Filho** entregou sua carta de demissão para reassumir o mandato de deputado federal e disputar as eleições em outubro. A sucessão na pasta segue indefinida. Até ontem, o nome mais forte era o do secretário executivo da pasta, Paulo Pedrosa, considerado um nome técnico e que conta com o apoio das equipes dos ministérios da Fazenda e Planejamento.

Ele trabalhou na elaboração do projeto de lei de privatização da Eletrobrás, que está em tramitação na Câmara. Mas pressões políticas vindas do MDB, que comanda a pasta há muitos anos, se intensificaram nos últimos dias. A indicação de Moreira seria uma forma de garantir seu foro privilegiado. O deputado federal Saraiva Felipe (MDB-MG) também teria pleiteado o cargo. No Supremo Tribunal Federal (STF), uma ação de autoria da Rede Sustentabilidade questiona a Medida Provisória que deu a Moreira o status de ministro.

Chamada para se manifestar, a Procuradoria-Geral da República (PGR) foi favorável a uma liminar para suspensão da eficácia da MP até o julgamento de mérito da ação. Uma das bandeiras que Moreira pode aproveitar na pasta é a privatização da Eletrobrás, já que ele conduz o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Auxiliares do presidente, no entanto, lembram que o ministro não possui uma boa relação com o Congresso e seu nome poderia ser

mais um entrave para as negociações. Já são três semanas consecutivas sem qualquer deliberação na comissão especial que analisa o projeto de lei de privatização da companhia na Câmara. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta/ Brasília E Denise Luna / Rio

Título: União fará leilão extra do pré-sal em agosto

Serão oferecidas as duas áreas que ficaram de fora da última licitação, por determinação do TCU, e um terceiro bloco, todos na Bacia de Santos.

O governo espera realizar em agosto um leilão extraordinário de petróleo, a 5ª rodada do pré-sal. Serão oferecidas às petroleiras as duas áreas que ficaram de fora, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), do último leilão, realizado na semana passada. Uma terceira área deve ser excluída da licitação marcada para junho e também fará parte da rodada extra, segundo o secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Adalberto Santos de Vasconcelos. Além dos blocos S-M-534 e SM- 645, o leilão de agosto contará com a área de Saturno, que se encontra na mesma região e originalmente estava incluída na 4.ª rodada do pré-sal.

Estudos geológicos identificaram grande possibilidade de os três blocos integrarem um mesmo reservatório de petróleo, que pode abranger tanto a camada de pós-sal quanto a de pré-sal da Bacia de Santos, embora não estejam localizados nos limites do “polígono do pré-sal”. Depois do sucesso do leilão da semana passada, que arrecadou R\$ 8 bilhões com a transferência de 22 blocos à iniciativa privada, o governo passou a falar na expectativa de obter R\$ 18 bilhões este ano, valor que pode dobrar com rodadas não previstas. O governo marcou dois leilões para este ano, depois de ter realizado três no ano passado que lhe renderam R\$ 10 bilhões.

A expectativa também é alta com a venda de blocos da 4.ª rodada, marcada para 7 de junho, cujo pagamento é feito por bônus de assinatura fixo, geralmente alto, e parte do petróleo que será produzido. Os cálculos sobre o potencial de arrecadação do leilão extra de agosto – que precisa passar pela avaliação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e ser qualificado no PPI – não foram concluídos. Inicialmente, estimava-se que as duas áreas do pós-sal retiradas do leilão de concessão rendessem R\$ 3,5 bilhões. Eram as mais valorizadas do certame.

Em 2013, quando licitou o gigantesco prospecto de Libra – que se espalha por extensa área no pré-sal da Bacia de Santos –, o governo arrecadou R\$ 15 bilhões

em bônus, que foram incorporados ao resultado fiscal da União. Seguindo o regime de partilha, oleilão teve a participação de um único consórcio (Petrobrás, as chinesas CNOOC e CNPC, a francesa Total e anglo-holandesa Shell) que arrematou a área com proposta de pagamento de 41,65% do lucro em óleo para a União.

Vasconcelos lembra que a exploração de petróleo no pré-sal é cara e o Brasil assumiu compromisso de reduzir o consumo de combustíveis fósseis a partir de 2025. “Se não usarmos essa riqueza do pré-sal agora, ela vai ficar afundada.” Ele explicou que, idealmente, os custos fixos da exploração do pré-sal precisarão estar amortizados até lá.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Petróleo rendeu R\$ 40 bilhões ao governo em 2017

As participações governamentais do setor de petróleo e gás natural em 2017 subiram 127% em relação a 2016, para R\$ 40,7 bilhões, com destaque para o pagamento dos bônus de assinatura dos leilões do setor, realizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). No ano passado, os bônus de assinatura somaram R\$ 10 bilhões, ante nenhuma venda em 2016. As participações governamentais referem-se ao pagamento dos bônus de assinatura obtidos nos leilões de petróleo e gás natural somados aos royalties e participações especiais sobre a produção dos campos, esta última uma taxa aplicada somente aos grandes campos, como os localizados no pré-sal brasileiro. Este ano, com a perspectiva da realização de cinco leilões, dois a mais do que em 2017, e como preço do petróleo maior do que nos últimos dois anos, o governo espera arrecadar pelo menos R\$ 18 bilhões em bônus de assinatura.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tendências/Debates

Autor: Elena Lan Dau

Título: Privatização, uma mudança radical

O Programa Nacional de Desestatização (PND) foi criado em 1990. Até hoje, o procedimento para escolher as empresas a privatizar é o mesmo: com base em sugestão do Conselho Nacional de Desestatização (hoje Conselho do PPI), decretos presidenciais decidem caso a caso a inclusão de novas empresas. E o debate incita sempre a pergunta: mas precisa mesmo privatizar?

Muito foi feito ao longo desses quase 30 anos. Setores como petroquímica e siderurgia, empresas como Vale e Telebras, além de concessões de serviços de energia, óleo, gás e transportes passaram à iniciativa privada nas mais variadas formas, incluindo vendas de controle e liquidação, modalidades previstas na lei, entre outras.

Ainda assim, existem hoje 146 estatais federais no Brasil, 40 delas iniciativas recentes do governo do PT. A criação das estatais, na maioria, foi autorizada há décadas por leis hoje anacrônicas, anteriores à Constituição de 1988. São empresas cujas funções podem ser claramente assumidas pela iniciativa privada. Surgiram num modelo nacionalista e protecionista, que ao mesmo tempo conferiu incentivos pontuais a uma indústria privada nascente.

O modelo se esgotou há muito. Seus limites foram vistos em duas graves crises: a dos anos 80 e a mais recente, do lulopetismo. Em ambos os casos, regredimos uma década.

A mudança da atuação do Estado deve ser radical. Recente estudo da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) estima que, em seu conjunto, elas têm patrimônio pouco acima de R\$ 500 bilhões. O valor de mercado das listadas em Bolsa chega perto disso. Recursos que não estão sendo investidos em saúde, educação, saneamento e segurança pública e na defesa nacional —tampouco na redução de endividamento, fundamental para assegurar a queda sustentável nos juros reais.

A forma do programa de privatização está errada. É hora de começar a cumprir o artigo 173 da Constituição, até hoje ignorado: "Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei".

A Carta impõe a inversão do ônus da prova. O governo, baseado no que as leis já permitem, deve, por decreto, incluir todas as empresas estatais no programa de privatização, de uma única vez. Em bem poucos casos, a medida vai depender de lei específica, como no da Eletrobras, o que foi feito há pouco por medida provisória; mas é exceção.

O debate público está invertido desde 1988. Não faz sentido que o governo seja obrigado a provar a necessidade de privatizar cada uma de suas empresas. O correto, segundo a Constituição, é o oposto.

E aqui não se podem aceitar argumentos subjetivos, como os de políticos com interesses pessoais na estatal, os de grupos privados que se beneficiam de seus

negócios ou os de funcionários que preferem o guarda-chuva do governo a serem avaliados por gestores privados.

Empresas estatais têm de ser exceção: para mantê-las, há que se demonstrar qual imperativo de segurança nacional ou relevante interesse coletivo, bem delimitado em lei, que o justifique. Mas é preciso cuidado: por conta de nossa herança patrimonialista, muitas vezes se confunde imperativo de segurança nacional com a retórica vaga dos setores "estratégicos".

A Constituição de 1988 tem sido criticada por estar fora de prumo no Brasil de hoje. Pode haver, sim, muita coisa a ser revista, mas há nela princípios relevantes que ninguém respeita. No artigo 173 está um deles, que é moderno e adequado ao país. É só segui-lo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Anna Russi

Título: Gasolina: preço sobe e consumidor reclama

O preço dos combustíveis voltou a subir para os brasilienses. Embora a Petrobras tenha anunciado, na quarta-feira, uma queda de 0,8% no valor da gasolina nas refinarias, de R\$ 1,6581 para R\$ 1,6448, o consumidor não sentiu a queda, pelo contrário. Ontem, na maioria dos estabelecimentos pesquisados regularmente pelo Correio, os preços cobrados nas bombas estavam mais altos do que os da semana anterior, quando era mais fácil encontrar o litro do combustível por menos de R\$ 4,00.

Ainda ontem, a estatal anunciou novo aumento, de 0,15%, para o produto, que passa para R\$ 1,6473 nas refinarias, a partir de hoje. Em relação ao valor vigente na sexta-feira da semana passada (R\$ 1,6783) ainda há uma queda acumulada de 1,85% no preço cobrado pela Petrobras. O óleo diesel, pela nova tabela da companhia, terá, hoje, aumento de 0,91%.

Entre os postos percorridos pelo Correio, os da EPTG, próximo a Águas Claras, ainda vendiam, ontem, o litro da gasolina por R\$ 3,89 e R\$ 3,99. Na tentativa de economizar, muitos consumidores decidiram enfrentar quase uma hora de fila para encher o tanque do carro, como o publicitário Wesley Matos, 34 anos, que trabalha como motorista de aplicativo. "Somos forçados a enfrentar essas filas. Se não for assim, não é possível encontrar um preço bom", afirmou. Nos postos do Plano Piloto, o valor mais barato encontrado foi de R\$ 4,30 por litro e o mais caro, de R\$ 4,49.

Os preços elevados são motivo de reclamações constantes dos consumidores. A nutricionista Thaís Trivelato, 30, disse que tenta economizar ao máximo, mas que não sabe o que fazer para encaixar os aumentos do combustível no orçamento. “Faço esquema de carona, ou então, se vou a algum local da cidade, tento resolver tudo do dia ali mesmo para não precisar rodar muito com o carro”, afirmou.

Daniel Costa, presidente do Sindicombustíveis, entidade que representa os postos de revenda, explicou que os combustíveis são commodities e, por isso, sofrem grandes variações de preço. “Existe um padrão de qualidade que tem que ser seguido. Os maiores influenciadores de preços são usinas, refinarias e distribuidoras. A função do posto é comprar e revender para o consumidor”, alegou.

O consumidor é o elo final da cadeia de produção e consumo dos combustíveis. No caso da gasolina, por exemplo, o preço cobrado nas bombas é resultado final de custos incorporados em várias etapas. Basicamente, são quatro grandes grupos: a margem do produtor ou importador, o custo do etanol anidro adicionado ao produto, os tributos, como ICMS, PIS/Pasep, Cofins e Cide, e as margens de distribuição e revenda.

Além da gasolina pura, as distribuidoras compram o etanol anidro de usinas produtoras. Os dois produtos são misturados, e disso resulta o combustível que chega ao consumidor. De acordo com a legislação, a proporção de etanol é, atualmente, de 27%. Distribuidoras e postos de revenda têm liberdade para estabelecer o preço cobrado pelo produto.

O engenheiro civil Ibsen Oliveira, 27 anos, disse que, apesar de a gasolina estar muito cara, não compensa usar outro combustível, como o etanol hidratado, uma vez que, nesse caso, o consumo aumenta. “A gente tem que ir abastecendo de pouquinho em pouquinho, conforme precisa e encontra a gasolina mais em conta. Até porque os preços mudam da noite para o dia”, afirmou.

Exportação

O publicitário Wesley Matos criticou o fato de o Brasil, como produtor de petróleo, vender combustível a um preço caro e exportar a um preço menor. “Isso para mim é revoltante. Uma solução seria um protesto, todos pararem de abastecer e de usar os carros, mas não é possível, porque não temos um sistema de transporte público eficiente”, argumentou.

De acordo como diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, os preços elevados da gasolina decorrem da alta das cotações do produto no mercado internacional e, sobretudo, do peso dos tributos cobrados

internamente. “Hoje, no Brasil, 50% do preço da gasolina é imposto e 30%, petróleo, que subiu”, avaliou Pires. “Um americano paga 18% de imposto quando compra um litro de gasolina, nós pagamos 50%. Por isso, parece que o produto deles é mais barato, mas a diferença se explica pela taxaço.” Ele explicou ainda que, nas exportações, não incidem impostos, por isso os preços são mais baixos.

Pires defende a liberdade de cada posto definir o preço pelo qual o combustível será vendido. “Isso é ótimo, porque, se estiver tudo igual, é cartel, que tem que ser denunciado. Um mercado competitivo tem preços diferentes”, disse. Na visão dele, o consumidor brasileiro precisa mudar hábitos. “O mercado funciona assim. Se está muito caro em um lugar, tem que achar outro em que o produto esteja mais barato. O consumidor, que, antes, era muito passivo, tem mudado de atitude, o que é positivo. Mas, como de costume, vemos muitas reclamações”, disse.

* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Consumo em queda

Segundo dados do Sindicombustíveis-DF, de agosto de 2017 a março de 2018, houve uma redução de consumo equivalente a 10 milhões de litro por mês no Distrito Federal. De acordo com o presidente da entidade, Daniel Costa, a queda não pode ser automaticamente atribuída aos preços elevados. “Isso pode ter sido provocado por vários fatores, como menor uso do carro e veículos mais econômicos”, alegou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Amauri Segalla

Título: Energia digital chega ao sertão baiano

Mercado S/A

Rio de Janeiro – Juazeiro, no sertão baiano, distante 500 quilômetros de Salvador, terá a partir de outubro a primeira subestação de energia solar 100% digital da América Latina. A Atlas Renewable Energy, braço de energia renovável da empresa de investimentos britânica Actis, começou a execução do projeto em fevereiro. O investimento não foi divulgado.

A subestação terá capacidade de produção anual de 89,3 Gigawatts/hora por planta ao ano, o que vai possibilitar atender ao consumo de 62.276 famílias de Juazeiro. A empresa de tecnologia ABB vai ser responsável pelos equipamentos

que darão ao projeto o status de primeira subestação 100% digital em território latino-americano. Um dos diferenciais é que no lugar dos tradicionais cabos de cobre, o projeto utilizará os de fibra óptica.

As subestações são a parte principal de uma rede, já que têm o papel de transmitir e distribuir energia. Com cabos de fibra óptica, explica Julio Oliveira, gerente de tecnologia de automação de subestações da ABB Brasil, haverá mais segurança para os funcionários, pois o equipamento digital diminui a necessidade de reparos manuais e reduz a possibilidade de perigosos choques elétricos na sala de controle da subestação.

Além disso, há uma economia no tempo de conclusão do projeto. Isso ocorre porque a parte de obra civil é menor, o que pode reduzir o tempo em até 40% ante aqueles projetos que utilizam os cabos de cobre e a tecnologia convencional.

Quando um cabo de cobre usado na subestação se rompe, a concessionária tem mais dificuldade para identificar a causa do problema, o que pode afetar a distribuição de energia. No caso da subestação totalmente digital, uma falha desse tipo é identificada rapidamente.

Julio Oliveira está otimista com o crescimento da demanda de projetos como o de Juazeiro, da Atlas Renewable Energy. “Desde que anunciamos o contrato para a construção da subestação de Juazeiro, já tivemos a consulta de 16 concessionárias. Acredito que até o fim do ano deveremos fechar de três a cinco projetos de subestações 100% digitais”, diz o gerente.

Projetos desse tipo podem ser desenvolvidos não só no caso de subestações novas, mas também para as distribuidoras que querem fazer atualizações em suas unidades existentes ou trabalhar com um modelo híbrido que reúna a tecnologia tradicional e a digital. Apesar da distância entre Juazeiro e Salvador, o gerente da ABB explica que não tem enfrentado dificuldades na montagem da subestação, já que há acesso por estradas e um aeroporto próximo.

Outros países também começam a investir em subestações 100% digitais. É o caso dos Estados Unidos. No ano passado, a ABB concluiu um projeto semelhante em Nova York para o abastecimento de energia da ilha de Manhattan. Recentemente, a empresa assinou contrato com a Tauron Dystrybucja SA, uma das principais concessionárias de energia da Polônia.

Construção

A Atlas Renewable Energy, com sede no Chile e operações também no Uruguai e México, tem outras duas unidades em construção no Nordeste. Uma está sendo erguida em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, batizada de São Pedro, e que

deve estar concluída nos próximos meses. A subestação de Aquiraz (CE) foi denominada Sol do Futuro.

A produção anual da usina São Pedro será de 77,7 GWh/ano por planta. No caso de Juazeiro, a produção anual estimada é de 89,3 GWh/ano por planta e a Sol do Futuro tem previsão de 53,4 GWh/ano. Ao todo, o grupo atenderá 469.195 famílias.

* A jornalista viajou a convite do UTCAL 2018 Summit

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Carro | Do Rio

Título: Custo de tarifa social nas contas de luz atinge R\$ 2,4 bi no ano

Presentes nos principais serviços públicos, as tarifas sociais - preços diferenciados para consumidores de baixa renda - vão custar este ano R\$ 2,44 bilhões apenas aos clientes das distribuidoras de energia elétrica. No setor de saneamento, todas as concessionárias de serviços de água e esgoto estaduais, privadas e municipais de grande porte praticam em alguma medida subsídios para usuários de menor poder aquisitivo, custeados por meio da cobrança de valores mais altos de outros segmentos. Até distribuição de gás encanado, em cidades como São Paulo e Rio tem tarifas especiais para aposentados e clientes de menor renda.

Entre as 15 empresas que integram a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), todas assinaram contratos que incluem tarifas subsidiadas para clientes de baixa renda. "O enquadramento de clientes na tarifa social varia entre 5% a 10% do número total de consumidores", estima Carlos Eduardo Castro, diretor da associação.

Só na área de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), controlada pelo governo fluminense cuja área de atuação abrange 64 municípios, 12,3% dos 1,96 milhões de matrículas residenciais atendidas pela companhia pagam a tarifa social. Avaliar a dimensão desse subsídio no setor de saneamento é tarefa de difícil execução, sustenta Leonardo Campos, sócio-diretor da consultoria Siglasul.

"Não existe um encargo único para custear o saneamento", diz Campos. "É difícil de [o subsídio] ser transparente porque é uma conta feita por dentro da estrutura tarifária. Os subsídios cruzados é que custeiam a tarifa social". Isso significa que algumas categorias de clientes (industrial, comercial e público, por

exemplo) pagam mais para que outros possam usufruir da tarifa social. Mesmo assim, nem sempre as contas fecham.

Diagnóstico feito a partir de dados de 1.641 prestadores participantes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Ministério das Cidades, indica que em 14 dos 27 Estados (incluindo DF) as despesas médias com os serviços eram superiores às tarifas médias praticadas em 2016.

No caso do setor elétrico, o montante destinado para custear a tarifa social é estimado previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) - para este ano, os subsídios embutidos na conta de energia totalizam R\$ 2,44 bilhões. "Precisamos separar o que é política social e o que é atribuição do setor elétrico", afirma Nelson Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), que vê na tarifa diferenciada um mecanismo de distribuição de renda. "Em princípio, se é uma tarifa social, deveria ser paga com dinheiro do Tesouro e não com recursos da conta de luz."

No Chile, por exemplo, famílias de baixa renda recebem subsídio com recursos públicos para custear despesas com saneamento básico, diz Campos, da Siglasul. Ao retirar esses valores da conta, a tendência é de queda na tarifa média. Levantamento feito pela Abradee, com base em dados de maio de 2016, indica que sem os subsídios que tornam possíveis os descontos de cunho social, a tarifa residencial seria 8% mais baixa no Nordeste. No Norte, a diferença é de 5%.

Embora bem menos frequente do que nos setores de energia e saneamento, a tarifa social também está presente no segmento de distribuição de gás canalizado. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, atendida pela CEG, 2,8% dos 940 mil clientes usufruem do subsídio, enquanto no interior do Estado (área da CEG Rio) o percentual é de 1% de um total de 74 mil. A Comgás, que atua na Grande São Paulo, tem programa de desconto na tarifa para aposentados que consumam até sete metros cúbicos de gás por mês.

Muito mais difundido entre os consumidores residenciais, o botijão de Gás Liquefeito de Petróleo (gás de cozinha) de 13 quilos chegou a ficar um longo período sem reajuste. "A prática de preços domésticos sempre inferiores aos preços internacionais denotava o controle de preços, para além de uma política energética e social, visando metas de cunho político e inflacionário", diz Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

Única produtora e importadora de GLP no país, a Petrobras anunciou em junho do ano passado uma nova política de preços para o botijão de 13 quilos, com correções mensais de preços. Posteriormente, a periodicidade dos ajustes passou a ser trimestral.

Mesmo com as mudanças, o preço do gás para uso residencial continua a ser menor que a do GLP para uso industrial e comercial. Considerando preços médios ponderados da semana entre 12 e 18 de março, divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), o preço de refinaria do botijão de 13 quilos estava 21% menor do que o preço do GLP destinado a outros usos no fim de março, estima Pires. Em tese, a diferença de preços está em conformidade com a resolução nº 4 do Conselho Nacional Política Energética (CNPE), de 2005, que "reconhece como de interesse para a política energética nacional a prática de preços diferenciados" para o GLP. "A Petrobras alega que pratica diferenciação de preços baseada na resolução do CNPE. Para mim, pratica subsídio cruzado", diz Sergio Bandeira de Mello, presidente do Sindicato das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás). O cálculo do valor integral do subsídio exigiria acesso a dados de custos de produção do produto pela companhia, que não são divulgados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Daniel Rittner e Andrea Jubé | De Brasília

Título: Moreira Franco pode assumir o MME

O ministro Moreira Franco (Secretaria-Geral), um dos auxiliares mais próximos do presidente Michel Temer, pode ser deslocado para a pasta de Minas e Energia. A decisão só deve ser tomada no início da semana que vem. Essa realocação de Moreira faz parte do desenho preferencial de Temer para a Esplanada dos Ministérios nos nove meses finais de mandato, mas o martelo ainda não está completamente batido.

A bancada mineira do MDB tenta emplacar no cargo o deputado federal Saraiva Felipe (MG), que dispensaria a busca por um novo mandato. **O atual ministro, Fernando Coelho Filho**, deve ter sua exoneração publicada hoje e retornar à Câmara na próxima semana. A pasta pode ganhar ainda mais visibilidade no segundo semestre com duas prioridades anunciadas pelo governo: a privatização da Eletrobras e o megaleilão de excedentes da cessão onerosa nos campos do pré-sal.

Qualquer que seja o nome escolhido, entretanto, há risco de debandada da equipe técnica no Ministério de Minas e Energia. O secretário-executivo, Paulo Pedrosa, deve puxar a lista. Ele era a preferência do mercado para a sucessão e foi um dos principais mentores das mudanças efetivadas nos últimos anos - um cardápio que inclui a proposta de reforma do setor elétrico, retomada dos leilões de petróleo e gás, novo marco regulatório da mineração.

O nome favorito de Fernando Coelho para o seu lugar é o do secretário-executivo Paulo Pedrosa. Em contrapartida, o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Márcio Félix Bezerra, corre por fora.

A decisão não foi tomada e não há nomes circulando pra o assento de Moreira no Planalto, mas Temer tenta equacionar a queda de braço interna na pasta. O presidente gostaria de concluir a reforma ministerial até hoje, mas há outras pendências relevantes, além de Minas e Energia.

Outra indefinição é a sucessão de Helder Barbalho no Ministério da Integração Nacional, pelo qual dois caciques do MDB disputam o controle: o presidente do Congresso, Eunício Oliveira (MDB-CE), e o senador Jader Barbalho (MDB-PA), pai do atual ministro.

A própria sucessão no Ministério da Fazenda se tornou um impasse, e somente hoje o ministro Henrique Meirelles tomará sua decisão final. As posses dos novos ministros do Planejamento, Esteves Colnago, e do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame, que ocorreriam ontem, foram adiadas para a semana que vem.

VEÍCULO:	Valor Econômico
-----------------	------------------------

Seção:	Empresas
---------------	-----------------

Autor:	
---------------	--

Título:	Destaques
----------------	------------------

Semad multa Anglo

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) de Minas Gerais decidiu aplicar multa de R\$ 125,6 milhões à Anglo American, pelo vazamento de polpa de minério de ferro de seu mineroduto, que liga as operações da mina ao Porto do Açu, no Rio de Janeiro. O auto de infração se refere à primeira vez que o produto vazou e atingiu terrenos e ribeirões próximos, em 12 de março. A segunda vez que houve um acidente, no dia 29, ainda pode ser motivo de outra punição para a mineradora. Atualmente, a Anglo, além de coordenar a limpeza do ribeirão Santo Antônio do Grama, está analisando as causas do problema.

Carro elétrico da PSA

A PSA, grupo controlador da Peugeot, da Citroën e Opel, vai criar uma unidade de negócios destinada exclusivamente a veículos de "baixa emissão" de carbono. A divisão servirá para desenvolver uma oferta de todas as opções de carros elétricos até 2025. Segundo a holding, a implantação da nova área

começa em 2018. Os dois grandes objetivos, acrescentou, são alcançar crescimento rentável nesse segmento e contribuir para as metas de redução de carbono da PSA como um todo. O responsável pela operação será Alexandre Guignard, hoje vice-presidente de planejamento corporativo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Francesa Total vai investir US\$ 1 bilhão por ano no Brasil

Primeira petroleira estrangeira a se tornar operadora de um campo no pré-sal, após concluir este ano a aquisição do campo de Lapa, a francesa Total pretende investir cerca de US\$ 1 bilhão por ano em seus ativos no Brasil, nos próximos cinco anos. O presidente global da multinacional de origem francesa, Patrick Pouyanné, acredita que, depois dos mais de US\$ 5 bilhões investidos pela companhia no país, desde 2010, a empresa possui hoje uma "base forte de ativos" no mercado brasileiro, mas que ainda há espaço para novos negócios, incluindo os setores de gás natural e energias renováveis.

"Temos uma posição robusta, mas a intenção não é dormir. E não perder oportunidades. Tem muito por vir", disse Pouyanné, em entrevista exclusiva ao **Valor**, durante rápida visita ao Rio, para participar de encontro sobre transição energética com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e executivos do setor de óleo e gás.

Segundo o executivo, a Total não mira apenas oportunidades em exploração e produção de petróleo. "[Vamos investir em] exploração e produção, com certeza, mas também em GNL [gás natural liquefeito]. E também estamos olhando renováveis, olhando oportunidades para desenvolver a marca Total no Brasil", disse.

Com um faturamento anual de US\$ 150 bilhões, a petroleira francesa tem um plano de investimentos globais de US\$ 13 bilhões a US\$ 15 bilhões por ano até 2020, com foco em três eixos: produção de petróleo em águas profundas com baixo custo de extração, expansão na cadeia do gás natural e expansão rentável em renováveis.

Para Pouyanné, a entrada no mercado brasileiro de geração de energia pode ser "uma opção de monetização" do gás que a companhia irá produzir, no futuro, no pré-sal. Ele conta, no entanto, que a companhia também avalia oportunidades para entrar como supridora de GNL para o mercado brasileiro. Em 2016, a Total assinou um acordo de cooperação com a Petrobras e assumiu a opção de compra de 50% da Termobahia (que opera as termelétricas Rômulo

de Almeida e Celso Furtado) e de compartilhamento do terminal de GNL da Baía de Todos os Santos.

"A aliança estratégica [com a Petrobras] inclui [o setor de] energia. Estamos trabalhando para implementar isso. A Petrobras tem ambição em renováveis. Nós também. Nós somos uma companhia solar. Queremos investir", comentou ele, ressaltando que a empresa já possui cerca de 50 megawatts (MW) de capacidade em projetos solares no país, através da Total Eren.

Questionado se a empresa tem interesse no programa de parcerias da Petrobras em refino, ele, contudo, descartou a possibilidade de aquisições no segmento.

Companhia planeja investir em exploração e produção de óleo e gás, GNL e renováveis, mas descarta refinarias

A Total produz atualmente, no Brasil, cerca de 20 mil barris diários de óleo equivalente (boe/dia), algo em torno de 1% da produção global de óleo e gás da empresa. O executivo, contudo, explica que o Brasil é, hoje, um mercado estratégico para a petroleira francesa, que possui forte presença na costa da África, Oriente Médio e Mar do Norte, onde reforçou recentemente sua presença por meio da compra da dinamarquesa Maersk Oil.

Nos últimos anos, a Total construiu, por meio de aquisições, uma base de ativos que promete elevar a produção da empresa no Brasil para mais de 100 mil boe/dia em 2022, segundo informações divulgadas ao mercado pela petroleira em fevereiro. Esse volume seria suficiente para gerar um fluxo de caixa superior a US\$ 1 bilhão.

Entre os principais projetos da companhia no país, Pouyanné classifica o megacampo de Mero (ex-Libra), no pré-sal da Bacia de Santos, como "uma joia do portfólio" da Total. A francesa é sócia da Petrobras, com uma fatia de 20%, no projeto, que começou a produzir em fase de testes em novembro.

Ainda no pré-sal, a petroleira possui também 20% do projeto de Gato do Mato, operado pela Shell, e, em janeiro, concluiu a compra de uma fatia de 22,5% da Petrobras na concessão de Lapa, prevista para começar a produzir ainda este ano, e uma participação de 35% (e a operação) do campo de Lapa.

A aquisição de Lapa e Lapa, por US\$ 1,95 bilhão, foi o principal movimento da companhia no Brasil desde 2013, quando a empresa participou do leilão de Libra e da 11ª Rodada de concessões de blocos exploratórios. A multinacional chegou a participar, sem sucesso, das licitações de 2017 e da 15ª Rodada, da semana passada, e continuará em busca de novos ativos exploratórios. "Com certeza vamos participar [dos próximos leilões do pré-sal]", afirmou Pouyanné.

O presidente da Total também ressaltou avanços regulatórios do setor de óleo e gás no Brasil. Ele destacou como um "debate positivo" a flexibilização da política de conteúdo local e a regulamentação do 'waiver' [pedido de perdão pelo não cumprimento dos compromissos de nacionalização]. "Acredito que houve uma grande evolução no último ano".

Sobre o processo de licenciamento ambiental da campanha exploratória da empresa na Bacia da Foz do Amazonas, que já se estende por anos, Pouyanné acredita que a empresa e o Ibama encontrarão uma solução.

"Acho que não há problema com os debates [no processo de licenciamento]. É bom para o país e o ambiente. Nós da Total decidimos, por exemplo, não perfurar mais no Ártico porque consideramos que era caro e ecologicamente arriscado. Na Foz do Amazonas, estamos olhando com cuidado", comentou. "Temos que ir passo a passo, vamos achar caminhos. Respeitamos as leis", completou.

Questionado sobre a eleição presidencial brasileira este ano, o executivo disse que o processo é normal e faz parte das democracias. Com relação à situação econômica do país, ele comentou que o Brasil passou por anos difíceis, mas que enxerga melhoria do crescimento econômico. "Sou otimista sobre o potencial do país", afirmou. "Mas estabilidade é o mais importante para o futuro".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernanda Pires | De São Paulo

Título: Nacional Gás pede na Justiça suspensão de leilão portuário

A Nacional Gás Butano Distribuidora impetrou mandado de segurança com pedido de liminar na Justiça do Pará para suspender o leilão de áreas no porto de Belém, marcado para hoje, na B3. Até o fechamento desta edição não havia decisão. A abertura dos envelopes está prevista para às 10 horas.

Entre outros argumentos, a empresa sustenta haver risco de concentração do mercado e, ainda, que a adoção da metodologia para a cobrança pela exploração da área é inadequada. O edital trata como serviço público a cessão de uso onerosa, que, segundo a empresa, é uma atividade econômica em sentido estrito.

A Companhia Docas do Pará (CDP) vai licitar a exploração de dois lotes para armazenagem e distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP). Originalmente eram três, mas, conforme o **Valor** antecipou, foram entregues propostas apenas para dois. O terceiro, chamado de BEL06 e hoje operado pela Nacional Gás

Butano - que incorporou a Paragás, antiga operadora -, não teve oferta e foi excluído do leilão.

"O edital contém falhas jurídicas e de premissas econômicas muito graves", diz Fernando Villela, sócio de infraestrutura do Siqueira Castro Advogados, sobre o baixo interesse do mercado.

Liquigás e Ultragaz são cotadas como certas na concorrência. A primeira já opera um dos lotes, o BEL05, que, juntamente com o BEL06, integra a rede de distribuição de abastecimento de GLP para a região metropolitana. O produto é utilizado em 95% dos domicílios.

A MIR01 está ociosa, por isso quem vencer terá de construir a instalação. O investimento previsto é de R\$ 65,6 milhões e quem arrematar deverá pagar R\$ 81,1 mil por mês à CDP. Já a BEL05 demandará investimentos de R\$ 51 milhões e o vencedor pagará R\$ 216,8 mil por mês à CDP.

Vence quem der o maior valor de outorga. Os contratos serão válidos por 20 anos. Um mesmo proponente pode apresentar oferta para todos os lotes, mas só poderá arrematar um. O edital permite que uma empresa já detentora de terminal de GLP no porto arremate um dos lotes, desde que a proposta pela área tenha sido a única.

No pedido da liminar, a Nacional Gás Butano diz que haverá concentração de mercado se eventualmente a atual cessionária da chamada área BEL11 arrematar um lote. Exploram a BEL11 as empresas Ultragaz e a Supergasbrás.

Procurada, a CDP não retornou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem deve investir mais em projetos fora do Brasil

O presidente da Braskem, Fernando Musa, disse ontem, em evento da Fitch Ratings, que a tendência é de crescimento da participação das operações internacionais na composição dos resultados da petroquímica e que é mais provável que invista em projeto fora do Brasil, diante das condições de oferta de matéria-prima e mercado. "Deve haver um aumento das operações fora do Brasil dado aumento das oportunidades de aquisição lá fora, de construção de novos projetos por disponibilidade de matéria-prima e também por crescimento de demanda", comentou. Hoje, 50% da receita da Braskem já está fora do Brasil e a companhia deve seguir nessa direção".

O último grande projeto da companhia, com investimento de cerca de US\$ 5 bilhões, foi executado no México. Depois disso, a brasileira já anunciou que vai investir até US\$ 675 milhões em nova fábrica de polipropileno nos Estados Unidos. "A probabilidade que tenhamos mais projetos fora do Brasil do que no Brasil é maior dadas as condições do negócio", disse.

Segundo o executivo, a empresa está também olhando oportunidades de aquisição de ativos em diferentes regiões, em um momento de consolidação da indústria petroquímica global.

"É mais provável que façamos um novo projeto fora do país. Mas estamos olhando tudo", disse o executivo, sem entrar em detalhes. Conforme Musa, é parte contínua da estratégia da companhia avaliar o mercado e, diante das movimentações de concorrentes globais, como a por exemplo a fusão DowDuPont, é possível que apareçam boas oportunidades.

A Braskem poderia comprar um ativo ou estabelecer uma joint venture com outra empresa, acrescentou. Caso decida por um novo investimento, poderia ultrapassar momentaneamente o teto de alavancagem de 2,5 vezes, pois a redução desse índice seria rápida. "Se for boa a oportunidade, poderia até ultrapassar", observou.

Apesar disso, vê oportunidades de crescimento nas regiões em que atua. Mais à frente, haverá no Brasil maior diversidade de fornecimento de matéria-prima, com o pré-sal, beneficiando a indústria petroquímica. "Deve haver diversidade de fornecimento, mais disponibilidade, e a Braskem espera voltar a construir unidades no Brasil", disse. Nos EUA, a oferta abundante de insumos após a revolução do gás de xisto tem sido sobreposta por desafios comerciais decorrentes da política de Donald Trump.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Energisa lança oferta pelo controle da Eletropaulo

A Energisa saiu na frente no que deve ser uma disputa intensa pelo controle da Eletropaulo. O conselho de administração da companhia, controlada pela família Botelho, aprovou a realização de uma oferta pública (OPA) voluntária para aquisição do controle da Eletropaulo, ao preço de R\$ 19,38 por ação ordinária, avaliando a distribuidora paulista em R\$ 3,24 bilhões. Ontem, as ações da Eletropaulo fecharam com alta de 4,73%, a R\$ 19,25.

Caso a oferta seja bem-sucedida e a Energisa consiga o controle da Eletropaulo, a empresa se compromete a fazer um aumento de capital na distribuidora paulista no valor de, no mínimo, R\$ 1 bilhão, para melhorar sua estrutura de capital e reduzir o endividamento. Para fazer frente aos recursos, a Energisa prevê a contratação de instituições financeiras para coordenar uma oferta pública de distribuição de Units, lastreadas em ações ordinárias e preferenciais a serem emitidas pela companhia, por meio de um aumento de capital a ser realizado no Brasil e nos Estados Unidos.

A oferta da Energisa diverge dos planos do conselho da Eletropaulo, que estava perto de anunciar uma emissão primária de ações no valor de até R\$ 1,5 bilhão, a fim de levantar recursos para melhorar a estrutura financeira da companhia. A operação seria acompanhada por uma oferta secundária, na qual a americana AES pretendia se desfazer de sua fatia de 16,83% na distribuidora de energia.

A expectativa no mercado é que outros investidores corram para entrar na disputa, e o valor ofertado pela Energisa, considerado baixo, deve ajudar a fomentar esse movimento. A italiana Enel já apresentou uma oferta, mas em um formato diferente. A ideia era ancorar a oferta primária de ações na bolsa. Nesse cenário, a companhia pretendia adquirir mais de 30% da distribuidora paulista nessa operação, patamar que a permitira lançar uma OPA voltada aos acionistas restantes.

A Equatorial é outra forte candidata, que deve apresentar oferta pela em breve, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**. Também são citadas no mercado as empresas CPFL e EDP Energias do Brasil, que teriam mais ganhos de sinergias com a aquisição. Outra potencial candidata é a Neoenergia.

Se a oferta da Energisa for bem sucedida, será a segunda vez em que a "zebra" passa na frente de empresas maiores. Em 2014, a empresa da família Botelho chegou por fora e tirou o grupo Rede das mãos de um consórcio formado pelas gigantes CPFL e Equatorial.

Se a Energisa não alcançar o controle da Eletropaulo, com mais de 50,1% das ações, a empresa deve desistir da oferta e não vai adquirir nenhuma ação. O edital da OPA sai hoje. A previsão é que o leilão seja realizado na B3 em 7 de maio, com a liquidação acontecendo em 10 de maio.

O prazo apertado indica que potenciais concorrentes da Energisa no negócio precisarão se apressar para apresentar uma proposta pela distribuidora.

O conselho de administração da Eletropaulo terá até 15 dias para avaliar a oferta e emitir uma recomendação aos acionistas. Segundo fontes, a primeira impressão é que o preço é baixo, mas a oferta ainda está sendo "digerida". Caso

outro investidor siga os passos da Energisa e faça uma proposta, o conselho da distribuidora de energia deverá avaliar a melhor alternativa. Pelo dever fiduciário com os acionistas, o conselho precisa avaliar se a proposta é a melhor alternativa para a companhia em comparação com seus planos originais, que previam melhorias como cortes de custos e ganhos de eficiência. **(Colaborou Rodrigo Polito, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Brasil é o principal destino do etanol americano este ano

O Brasil foi o destino de 390,65 milhões de litros de etanol exportados pelos Estados Unidos em fevereiro passado, o que representou quase metade dos embarques americanos e o dobro do volume destinado ao mercado brasileiro no mesmo mês de 2017. Os dados foram divulgados ontem pela Associação de Combustíveis Renováveis (RFA, na sigla em inglês) a partir de informações do Departamento de Comércio americano.

Pelo quarto mês seguido, o Brasil foi o principal destino das exportações americanas do biocombustível, período em que o Centro-Sul do país está em entressafra e o Nordeste e Norte, na safra.

O volume também ultrapassou com folga a cota isenta de tarifa de 20%, limitada a 150 milhões de litros por trimestre desde setembro pela Câmara de Comércio Exterior (Camex). Essa diferença indica que houve oportunidades para importar etanol dos EUA mesmo fora da cota, quando o produto estava mais barato que o nacional.

Esse forte crescimento da demanda brasileira impulsionou os embarques totais de etanol dos EUA em fevereiro, que somaram 827,87 milhões de litros. No acumulado do ano, os exportadores americanos já embarcaram 1,162 bilhão de litros, o que representou o início de ano "mais forte da história" para as exportações de etanol, segundo a RFA.

Também em fevereiro, as exportações de etanol dos EUA para a China somaram 125,30 milhões de litros - alguns volumes foram efetivamente embarcados em janeiro. O país asiático é o segundo principal destino do etanol americano. Em terceiro e quarto lugares ficaram Canadá e Cingapura, que foram o destino de 83,28 milhões de litros e 56,02 milhões de litros do produto americano, respectivamente.

Em contrapartida, os Estados Unidos não importaram nenhum volume de etanol nos dois primeiros meses deste ano. O país compra o produto basicamente do Brasil para cumprir o seu mandato de mistura de "biocombustível avançado", categoria em que o etanol de cana brasileiro se encaixa e o de milho, não.

MME / ASCOM .